

CLEBER
MASSON

17^a
edição

revista,
atualizada e
ampliada



DIREITO PENAL

PARTE GERAL (ARTS. 1º A 120)



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 12.01.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M372d

Masson, Cleber

Direito penal : parte geral (arts. 1º a 120) / Cleber Masson. - 17. ed. - Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia

“material suplementar na plataforma”

ISBN 978-65-596-4672-2

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Título. II. Série.

22-81482

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1 – DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	3
1.1. Conceito de Direito Penal.....	3
1.2. Alocação na Teoria Geral do Direito	3
1.3. Nomenclatura	3
1.4. Características do Direito Penal	4
1.5. Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal.....	5
1.6. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito.....	5
1.6.1. Com o Direito Processual Penal.....	5
1.6.2. Com o Direito Constitucional	6
1.6.3. Com o Direito Administrativo.....	6
1.6.4. Com o Direito Civil.....	7
1.6.5. Com o Direito Internacional.....	7
1.7. Funções do Direito Penal.....	7
1.7.1. Direito Penal como proteção de bens jurídicos	8
1.7.2. Direito Penal como instrumento de controle social.....	8
1.7.3. Direito Penal como garantia.....	8
1.7.4. Função ético-social do Direito Penal.....	9
1.7.5. Função simbólica do Direito Penal.....	9
1.7.6. Função motivadora do Direito Penal	9
1.7.7. Função de redução da violência estatal	10
1.7.8. Função promocional do Direito Penal	10
1.8. A ciência do Direito Penal	10
1.8.1. Introdução.....	10
1.8.2. Dogmática penal.....	10
1.8.3. Política criminal.....	11

1.8.4.	Criminologia.....	11
1.8.5.	Vitimologia	12
1.9.	Divisões do Direito Penal	13
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário	13
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário...	13
1.9.3.	Direito Penal comum.....	13
1.9.4.	Direito Penal especial	13
1.9.5.	Direito Penal geral.....	13
1.9.6.	Direito Penal local.....	14
1.9.7.	Direito Penal objetivo.....	14
1.9.8.	Direito Penal subjetivo	14
1.9.9.	Direito Penal material.....	14
1.9.10.	Direito Penal formal	14
1.10.	Fontes do Direito Penal.....	14
1.10.1.	Introdução.....	14
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção.....	14
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento	15
1.10.3.1.	Constituição Federal.....	15
1.10.3.2.	Jurisprudência	15
1.10.3.3.	Doutrina.....	17
1.10.3.4.	Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	17
1.10.3.5.	Costumes.....	18
1.10.3.6.	Princípios gerais do Direito.....	19
1.10.3.7.	Atos da Administração Pública	19
CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL.....		21
2.1.	Conceito	21
2.2.	Princípios em espécie.....	21
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade	21
2.2.1.1.	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização.....	23
2.2.1.2.	Homofobia (ou transfobia), omissão legislativa e Supremo Tribunal Federal.....	24
2.2.2.	Princípio da anterioridade.....	26
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela...	27
2.2.3.1.	Introdução.....	27
2.2.3.2.	Finalidade.....	27

2.2.3.3.	Natureza jurídica	28
2.2.3.4.	Requisitos.....	28
2.2.3.4.1.	Requisitos objetivos.....	28
2.2.3.4.2.	Requisitos subjetivos.....	29
2.2.3.5.	Aplicabilidade.....	33
2.2.3.6.	Princípio da insignificância e infrações penais de menor potencial ofensivo	43
2.2.3.7.	A questão do furto privilegiado	43
2.2.3.8.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial.....	44
2.2.3.9.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria.....	44
2.2.4.	Princípio da individualização da pena	45
2.2.5.	Princípio da alteridade	46
2.2.6.	Princípio da confiança.....	46
2.2.7.	Princípio da adequação social.....	47
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima.....	47
2.2.8.1.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal.....	48
2.2.8.2.	Princípio da subsidiariedade	49
2.2.9.	Princípio da proporcionalidade	50
2.2.10.	Princípio da humanidade.....	52
2.2.11.	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	52
2.2.12.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	53
2.2.12.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal	53
2.2.12.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.....	54
2.2.13.	Princípio da imputação pessoal.....	55
2.2.14.	Princípio da responsabilidade pelo fato	55
2.2.15.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	55
2.2.16.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva	55
2.2.17.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	56
2.2.18.	Princípio da isonomia	59
CAPÍTULO 3 – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....		61
3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos.....	61
3.1.1.	Introdução.....	61
3.1.2.	Vingança divina	61

3.1.3.	Vingança privada.....	62
3.1.4.	Vingança pública	63
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano	64
3.2.1.	Direito Penal grego	64
3.2.2.	Direito Penal romano	64
3.3.	Idade Média.....	65
3.3.1.	Direito Penal germânico	65
3.3.2.	Direito Penal canônico	66
3.4.	Idade Moderna.....	68
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria	68
CAPÍTULO 4 – A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO		71
4.1.	Período Colonial.....	71
4.2.	Código Criminal do Império	72
4.3.	Período Republicano.....	73
CAPÍTULO 5 – ESCOLAS PENAIS		75
5.1.	Escola Clássica.....	75
5.2.	Escola Positiva.....	76
5.3.	Correcionalismo Penal.....	77
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal.....	78
5.5.	A defesa social.....	79
CAPÍTULO 6 – A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL.....		83
6.1.	Positivismo jurídico.....	83
6.2.	Neokantismo penal.....	84
6.3.	Garantismo penal	84
6.4.	Funcionalismo penal.....	85
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique.....	86
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bonn.....	87
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna	88
6.5.1.	Introdução.....	88
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção	90
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal.....	93
6.5.4.	Direito Penal do inimigo	94
6.5.4.1.	Noções preliminares.....	94

6.5.4.2.	Conceito de inimigo	94
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo	96
6.5.5.	Neopunitivismo: a quarta velocidade do Direito Penal.....	98
6.5.6.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade.....	99
CAPÍTULO 7 – LEI PENAL.....		101
7.1.	Introdução.....	101
7.2.	Classificação.....	101
7.3.	Características da lei penal.....	103
7.4.	Lei penal em branco	103
7.4.1.	A origem do complemento da lei penal em branco	104
7.5.	Interpretação da lei penal	105
7.5.1.	Introdução.....	105
7.5.2.	Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária.....	106
7.5.3.	Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica.....	106
7.5.4.	Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva	107
7.5.5.	Interpretação progressiva	107
7.5.6.	Interpretação analógica.....	108
7.5.7.	Interpretação exofórica e endofórica	108
7.6.	Analogia.....	108
7.6.1.	Introdução.....	108
7.6.2.	Espécies	109
7.7.	Lei penal no tempo.....	110
7.7.1.	Introdução.....	110
7.7.2.	Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo.....	110
7.7.2.1.	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	111
7.7.2.2.	Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i>	111
7.7.2.3.	<i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica.....	112
7.7.2.4.	Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>).....	116
7.7.2.5.	Lei penal intermediária	118
7.7.3.	Lei penal temporária e lei penal excepcional	118
7.7.4.	As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo	119
7.8.	Conflito aparente de leis penais.....	121
7.8.1.	Conceito	121
7.8.2.	Requisitos.....	121

7.8.3.	Localização no Direito Penal	122
7.8.4.	Finalidade.....	122
7.8.5.	Diferença com o concurso de crimes.....	123
7.8.6.	Diferença com o conflito de leis penais no tempo.....	123
7.8.7.	Princípios para solução do conflito	124
7.8.7.1.	Princípio da especialidade	124
7.8.7.2.	Princípio da subsidiariedade	126
7.8.7.3.	Princípio da consunção ou da absorção.....	128
7.8.7.4.	Princípio da alternatividade	133
7.8.8.	Ausência de previsão legal.....	134
7.9.	Tempo do crime.....	135
7.10.	Lei penal no espaço	136
7.10.1.	Introdução.....	136
7.10.2.	Princípio da territorialidade	137
7.10.2.1.	Conceito de território.....	137
7.10.2.2.	Território brasileiro por extensão.....	138
7.10.3.	Outros princípios.....	138
7.10.3.1.	Princípio da personalidade ou da nacionalidade..	139
7.10.3.2.	Princípio do domicílio	139
7.10.3.3.	Princípio da defesa, real ou da proteção	139
7.10.3.4.	Princípio da justiça universal.....	140
7.10.3.5.	Princípio da representação	140
7.11.	Lugar do crime.....	140
7.11.1.	Não aplicação da teoria da ubiqüidade em outras hipóteses ...	141
7.12.	Extraterritorialidade	142
7.12.1.	Introdução.....	142
7.12.2.	Extraterritorialidade incondicionada	142
7.12.2.1.	Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i>	143
7.12.2.2.	Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura.....	143
7.12.3.	Extraterritorialidade condicionada	143
7.13.	Lei penal em relação às pessoas	144
7.13.1.	Introdução.....	144
7.13.2.	Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros.....	145
7.13.3.	Imunidades parlamentares.....	146
7.13.3.1.	Alocação.....	146
7.13.3.2.	Introdução.....	146

7.13.3.3.	Conceito e finalidade.....	147
7.13.3.4.	Imunidade material ou inviolabilidade	147
7.13.3.5.	Imunidade formal.....	151
7.13.3.6.	Pessoas abrangidas pela imunidade	153
7.13.3.7.	Suspensão e renúncia da imunidade	154
7.13.3.8.	Imunidades e estado de sítio	155
7.14.	Disposições finais acerca da aplicação da lei penal	155
7.14.1.	Introdução.....	155
7.14.2.	Eficácia da sentença estrangeira	156
7.14.3.	Contagem de prazo.....	156
7.14.4.	Frações não computáveis da pena.....	158
7.14.5.	Legislação especial.....	159

PARTE II

TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO 8 – CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	163	
8.1.	Conceito de crime	163
8.1.1.	Critério material ou substancial	163
8.1.2.	Critério legal.....	164
8.1.2.1.	Crime e contravenção penal: outras distinções....	165
8.1.2.2.	Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas.....	166
8.1.3.	Critério analítico.....	168
8.1.4.	Critério adotado pelo Código Penal.....	169
8.2.	Ilícito penal e outros ilícitos.....	170
8.3.	Sujeitos do crime	170
8.3.1.	Sujeito ativo	170
8.3.1.1.	A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes	171
8.3.2.	Sujeito passivo.....	174
8.4.	Objeto do crime.....	176
CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	177	
9.1.	Introdução.....	177
9.1.1.	Crimes comuns, próprios e de mão própria.....	177
9.1.2.	Crimes simples e complexos	178
9.1.2.1.	Crime ultracomplexo (ou supercomplexo).....	179

9.1.3.	Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	179
9.1.4.	Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo.....	180
9.1.5.	Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos.....	181
9.1.6.	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	181
9.1.7.	Crimes de dano e de perigo.....	182
9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	182
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	183
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	185
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluri-ofensivos.....	185
9.1.12.	Crimes principais e acessórios.....	185
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes.....	186
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito.....	186
9.1.15.	Crimes independentes e conexos.....	186
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados.....	187
9.1.17.	Crimes naturais, plásticos e vazios.....	187
9.1.18.	Crimes de mínimo, de menor, de médio, de elevado e de máximo potencial ofensivo.....	188
9.1.19.	Outras classificações.....	188
9.1.19.1.	Crime gratuito.....	188
9.1.19.2.	Crime de ímpeto.....	188
9.1.19.3.	Crime exaurido.....	189
9.1.19.4.	Crime de circulação.....	189
9.1.19.5.	Crime de atentado ou de empreendimento.....	189
9.1.19.6.	Crime de opinião ou de palavra.....	189
9.1.19.7.	Crime multitudinário.....	189
9.1.19.8.	Crime vago.....	189
9.1.19.9.	Crime internacional.....	189
9.1.19.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição.....	190
9.1.19.11.	Crime inominado.....	190
9.1.19.12.	Crime habitual.....	190
9.1.19.13.	Crime profissional.....	190
9.1.19.14.	Quase crime.....	190
9.1.19.15.	Crime subsidiário.....	190
9.1.19.16.	Crime hediondo.....	191
9.1.19.17.	Crime de expressão.....	191

9.1.19.18.	Crime de intenção ou de tendência interna transcendente	191
9.1.19.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal	191
9.1.19.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos.....	191
9.1.19.21.	Crime de ação violenta	191
9.1.19.22.	Crime de ação astuciosa	191
9.1.19.23.	Crime falho	192
9.1.19.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	192
9.1.19.25.	Crime remetido	192
9.1.19.26.	Crimes de responsabilidade.....	192
9.1.19.27.	Crime obstáculo.....	192
9.1.19.28.	Crime progressivo	192
9.1.19.29.	Progressão criminosa.....	193
9.1.19.30.	Crimes de impressão	193
9.1.19.31.	Crimes militares.....	193
9.1.19.32.	Crimes falimentares	195
9.1.19.33.	Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i>	195
9.1.19.34.	Crimes parcelares	195
9.1.19.35.	Crimes de hermenêutica	195
9.1.19.36.	Crimes de rua, crimes do colarinho branco e do colarinho azul	196
9.1.19.37.	Crime liliputiano	196
9.1.19.38.	Crimes de catálogo.....	197
9.1.19.39.	Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo	197
9.1.19.40.	Crimes de olvido	197
9.1.19.41.	Crimes aberrantes.....	197
9.1.19.42.	Crime achado.....	197
9.1.19.43.	Crime de clima	198

CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO 199

10.1.	Introdução.....	199
10.2.	Conduta.....	200
10.2.1.	Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal.....	200
10.2.2.	Teoria final ou finalista.....	202
10.2.3.	Teoria cibernética	203
10.2.4.	Teoria social.....	204

10.2.5.	Teoria jurídico-penal.....	204
10.2.6.	Teoria da ação significativa	205
10.2.7.	Apontamentos gerais sobre a conduta.....	206
10.2.8.	Formas de conduta.....	207
10.2.9.	Teorias acerca da omissão	208
10.2.10.	Caracteres da conduta	208
10.2.11.	Exclusão da conduta	209
10.3.	Resultado.....	210
10.3.1.	Conceito	210
10.3.2.	Denominação	210
10.3.3.	Espécies	210
10.4.	Relação de causalidade ou nexa causal.....	211
10.4.1.	Denominação	211
10.4.2.	Dispositivo legal.....	211
10.4.3.	Conceito	211
10.4.4.	Âmbito de aplicação	212
10.4.5.	Teorias.....	212
10.4.5.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	213
10.4.6.	Concausas.....	214
10.4.6.1.	Introdução.....	214
10.4.6.2.	Causas dependentes e independentes.....	214
10.4.7.	Relevância da omissão.....	218
10.4.7.1.	Conceito e alcance	218
10.4.7.2.	Teoria adotada.....	219
10.4.7.3.	Dever de agir: critérios existentes para sua definição	219
10.4.7.4.	Poder de agir.....	220
10.4.7.5.	Hipóteses de dever de agir.....	220
10.4.8.	A questão da dupla causalidade	223
10.4.9.	Teoria da imputação objetiva	223
10.4.9.1.	Evolução histórica	223
10.4.9.2.	Introdução.....	223
10.4.9.3.	Conceito e análise dos pressupostos.....	225
10.4.9.4.	A imputação objetiva para Jakobs e Roxin.....	228
10.4.9.5.	Conclusões.....	229
10.4.9.6.	Direito Penal Quântico.....	230
10.4.10.	Teoria da condição mínima.....	230
10.5.	Tipicidade.....	231

10.5.1.	Conceito	231
10.5.2.	Evolução doutrinária.....	232
10.5.2.1.	Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal	233
10.5.3.	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	233
10.5.4.	Teoria da tipicidade conglobante.....	234
10.5.5.	Adequação típica: conceito e espécies	235
CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO.....		237
11.1.	Conceito	237
11.2.	Espécies.....	237
11.3.	Tipo legal	237
11.4.	Funções do tipo legal.....	237
11.4.1.	Função de garantia.....	238
11.4.2.	Função fundamentadora	238
11.4.3.	Função indiciária da ilicitude.....	238
11.4.4.	Função diferenciadora do erro	239
11.4.5.	Função seletiva.....	239
11.5.	Estrutura do tipo legal.....	239
11.5.1.	Elementos modais.....	241
11.6.	Classificação doutrinária do tipo legal	241
11.6.1.	Tipo normal e tipo anormal	241
11.6.2.	Tipo fundamental e tipo derivado	241
11.6.3.	Tipo fechado e tipo aberto	242
11.6.4.	Tipo de autor e tipo de fato.....	242
11.6.5.	Tipo simples e tipo misto	242
11.6.6.	Tipo congruente e tipo incongruente.....	243
11.6.7.	Tipo complexo	243
11.6.8.	Tipo preventivo.....	243
CAPÍTULO 12 – CRIME DOLOSO		245
12.1.	Introdução.....	245
12.2.	Teorias do dolo	245
12.2.1.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	245
12.3.	Elementos do dolo.....	246
12.4.	Dolo natural e dolo normativo.....	247
12.5.	Espécies de dolo.....	247
12.5.1.	Dolo direto e dolo indireto	247

12.5.1.1.	Dolo eventual e os crimes de trânsito	249
12.5.2.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	250
12.5.3.	Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino)	250
12.5.4.	Dolo genérico e dolo específico.....	251
12.5.5.	Dolo presumido.....	251
12.5.6.	Dolo de dano e dolo de perigo	251
12.5.7.	Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau	252
12.5.8.	Dolo geral, por erro sucessivo ou <i>dolus generalis</i>	252
12.5.9.	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente.....	253
12.5.10.	Dolo abandonado	253
12.5.11.	Dolo unitário ou global.....	254
12.6.	O dolo nas contravenções penais	254
12.7.	Prova do dolo e teoria dos indicadores externos.....	255
12.8.	Dolo sem vontade.....	255
CAPÍTULO 13 – CRIME CULPOSO		257
13.1.	Introdução.....	257
13.2.	Fundamento da punibilidade da culpa.....	257
13.3.	Conceito de crime culposo	258
13.4.	Elementos do crime culposo	258
13.4.1.	Conduta voluntária	259
13.4.2.	Violação do dever objetivo de cuidado.....	259
13.4.2.1.	Apontamentos gerais.....	259
13.4.2.2.	Modalidades de culpa.....	260
13.4.3.	Resultado naturalístico involuntário	262
13.4.4.	Nexo causal.....	262
13.4.5.	Tipicidade.....	263
13.4.6.	Previsibilidade objetiva	263
13.4.7.	Ausência de previsão	264
13.5.	Espécies de culpa.....	264
13.5.1.	Culpa inconsciente e culpa consciente.....	264
13.5.2.	Culpa própria e culpa imprópria.....	265
13.5.3.	Culpa mediata ou indireta.....	266
13.5.4.	Culpa presumida.....	266
13.6.	Graus de culpa	267
13.7.	Compensação de culpas	268
13.8.	Concorrência de culpas.....	268
13.9.	Caráter excepcional do crime culposo	268
13.10.	Exclusão da culpa	269

CAPÍTULO 14 – CRIME PRETERDOLOSO	271
14.1. Conceito	271
14.2. Relação entre dolo e culpa.....	271
14.3. <i>Versari in re illicita</i>	272
14.4. Crimes qualificados pelo resultado	272
CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO	275
15.1. Introdução.....	275
15.2. Previsão legal.....	275
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento	275
15.4. Conceito	276
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios.....	276
15.5. Espécies.....	276
15.6. Efeitos.....	277
15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo.....	277
15.8. Discriminantes putativas.....	277
15.9. Erro determinado por terceiro.....	280
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas	280
15.10. Erro de tipo acidental.....	281
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i>	281
15.10.2. Erro sobre o objeto	281
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras	282
15.10.4. Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i>	282
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i>	283
15.10.5.1. Espécies de erro na execução	283
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i>	284
15.10.6.1. Espécies	285
15.11. Gráfico conclusivo	285
CAPÍTULO 16 – ITER CRIMINIS.....	287
16.1. Conceito	287
16.2. Fase interna: cogitação.....	287
16.3. Fase externa	288
16.3.1. Preparação.....	288
16.3.2. Execução.....	289
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executórios.....	289

16.3.4. Consumação	291
16.4. O exaurimento	292
CAPÍTULO 17 - TENTATIVA.....	293
17.1. Dispositivo legal.....	293
17.2. Conceito	293
17.3. Denominação.....	293
17.4. Elementos.....	293
17.5. Natureza jurídica.....	294
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa	294
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal.....	295
17.7.1. Critério para diminuição da pena.....	295
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais	296
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar	296
17.10. Espécies de tentativa	296
17.10.1. Tentativa branca ou incruenta	297
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha	297
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	297
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	297
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto	297
17.12. Tentativa e dolo eventual	298
17.13. Inadmissibilidade da tentativa.....	299
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada	302
CAPÍTULO 18 - DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	303
18.1. Dispositivo legal.....	303
18.2. Distinção com a tentativa	303
18.3. Fundamento.....	303
18.4. Natureza jurídica.....	304
18.5. Desistência voluntária.....	304
18.6. Arrependimento eficaz.....	305
18.7. Requisitos	305
18.8. Motivos.....	306
18.9. Efeito	306
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos.....	306
18.11. Adiamento da prática do crime.....	306

18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	307
18.13. Tentativa qualificada.....	307
18.14. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e Lei de Terrorismo...	308
CAPÍTULO 19 – ARREPENDIMENTO POSTERIOR	309
19.1. Conceito	309
19.2. Alocação do instituto.....	309
19.3. Natureza jurídica.....	309
19.4. Extensão do benefício.....	310
19.5. Fundamentos	310
19.6. Requisitos	310
19.7. Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas	312
19.8. Critério para redução da pena.....	312
19.9. Recusa do ofendido em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	313
19.10. Dispositivos especiais acerca da reparação do dano.....	313
19.10.1. Peculato culposo	313
19.10.2. Juizados Especiais Criminais.....	314
19.10.3. Apropriação indébita previdenciária.....	314
19.10.4. Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal.....	314
CAPÍTULO 20 – CRIME IMPOSSÍVEL	315
20.1. Conceito	315
20.2. Natureza jurídica.....	315
20.3. Teorias sobre o crime impossível	316
20.4. Espécies de crime impossível	317
20.5. Momento adequado para aferição da inidoneidade absoluta	318
20.6. Aspectos processuais inerentes ao crime impossível	318
20.7. Crime putativo e crime impossível	319
20.7.1. Conceito de crime putativo	319
20.7.2. Espécies de crime putativo	319
20.7.3. Diferença entre crime impossível e crime putativo.....	321
CAPÍTULO 21 – ILICITUDE.....	323
21.1. Conceito	323
21.2. Ilícitude formal e ilícitude material.....	323
21.3. Concepção unitária	323

21.4.	Terminologia.....	324
21.5.	Ílícito e injusto	325
21.6.	Ilicitude genérica e ilicitude específica	325
21.7.	Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva	326
21.8.	Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	326
21.9.	Causas de exclusão da ilicitude.....	326
21.9.1.	Introdução.....	326
21.9.2.	Nomenclatura	327
21.9.3.	Previsão legal.....	327
21.9.4.	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	328
21.9.5.	Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais	329
21.9.5.1.	Prisão provisória e causas de exclusão da ilicitude.....	329
21.9.6.	Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	330
21.9.6.1.	Consentimento do ofendido.....	331
21.9.7.	Descriminante em branco (ou excludente da ilicitude em branco).....	334
21.9.8.	Visão geral	335
CAPÍTULO 22 – ESTADO DE NECESSIDADE.....		337
22.1.	Dispositivo legal.....	337
22.2.	Conceito	337
22.3.	Natureza jurídica.....	337
22.4.	Teorias.....	338
22.5.	Requisitos	339
22.5.1.	Situação de necessidade.....	340
22.5.1.1.	Perigo atual.....	340
22.5.1.2.	Perigo não provocado voluntariamente pelo agente.....	340
22.5.1.3.	Ameaça a direito próprio ou alheio	342
22.5.1.4.	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo....	342
22.5.2.	Fato necessitado.....	343
22.5.2.1.	Inevitabilidade do perigo por outro modo	343
22.5.2.2.	Proporcionalidade.....	344
22.6.	Causa de diminuição da pena.....	344
22.7.	Espécies de estado de necessidade	344
22.7.1.	Quanto ao bem sacrificado.....	344

22.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado.....	345
22.7.3. Quanto à origem da situação de perigo	345
22.7.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente	345
22.8. Estado de necessidade recíproco	345
22.9. Casos específicos de estado de necessidade	346
22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade.....	346
22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais.....	346
22.12. Estado de necessidade e erro na execução.....	347
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	347
CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA	349
23.1. Fundamento.....	349
23.2. Dispositivo legal.....	349
23.3. Natureza jurídica e conceito.....	350
23.4. Requisitos legais.....	350
23.4.1. Agressão injusta.....	350
23.4.2. Agressão atual ou iminente	351
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio.....	352
23.4.4. Reação com os meios necessários.....	352
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários.....	353
23.5. Agente de segurança pública e vítima refém de crime.....	354
23.6. Legítima defesa e vingança.....	355
23.7. Desafio e legítima defesa.....	355
23.8. Espécies de legítima defesa.....	355
23.8.1. Quanto à forma de reação.....	355
23.8.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido.....	356
23.8.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende.....	356
23.8.4. Legítima defesa da honra.....	356
23.8.5. Legítima defesa presumida	359
23.8.6. Legítima defesa sucessiva.....	359
23.9. Legítima defesa contra a multidão.....	359
23.10. Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	359
23.11. Legítima defesa nas relações familiares.....	360
23.12. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	360
23.13. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido.....	360
23.14. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa.....	361
23.15. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade...	361
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade...	361

23.17. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade...	363
23.18. Legítima defesa e desobediência civil: distinção	363
CAPÍTULO 24 - ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	365
24.1. Dispositivo legal.....	365
24.2. Natureza jurídica.....	365
24.3. Conceito	365
24.4. Fundamento.....	365
24.5. Dever legal.....	366
24.6. Destinatários da excludente.....	366
24.7. Limites da excludente	367
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos	367
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude	367
24.10. Atuação policial e Lei do Crime Organizado	367
CAPÍTULO 25 - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	369
25.1. Dispositivo legal.....	369
25.2. Natureza jurídica.....	369
25.3. Conceito	369
25.4. Limites da excludente	370
25.5. Costumes.....	370
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito	371
25.7. Lesões em atividades esportivas.....	371
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas	371
25.9. Ofendículas	372
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade	373
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas.....	373
CAPÍTULO 26 - EXCESSO.....	375
26.1. Introdução.....	375
26.2. Dispositivo legal e alcance	375
26.3. Conceito	376
26.4. Espécies.....	376
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante.....	376
26.4.2. Intensivo e extensivo.....	377
26.5. Legítima defesa e excesso.....	377

26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso	378
CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE	381
27.1. Introdução.....	381
27.2. Conceito	382
27.3. Culpabilidade pelo fato.....	382
27.4. Fundamento da culpabilidade.....	382
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade	382
27.5.1. Teoria psicológica	382
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa.....	384
27.5.3. Teoria normativa pura.....	385
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal	386
27.7. Teoria funcional da culpabilidade	387
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade	387
27.9. Cculpabilidade.....	387
27.9.1. Cculpabilidade às avessas	388
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material	389
27.11. Graus de culpabilidade	389
27.12. Dirimentes.....	390
CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL.....	391
28.1. Introdução.....	391
28.2. Conceito	391
28.3. Momento para constatação da imputabilidade	392
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade.....	392
28.5. Causas de inimputabilidade.....	393
28.6. Menoridade.....	393
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil.....	393
28.6.2. Redução da maioridade penal.....	394
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal....	394
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares	394
28.7. Inimputabilidade por doença mental.....	395
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez.....	395
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto	395
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	396
28.10. A perícia médica.....	396
28.11. Efeitos da inimputabilidade	398

28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	398
28.12.1. Dispositivo legal.....	398
28.12.2. Nomenclatura	398
28.12.3. Conceito	399
28.12.4. Sistema adotado.....	399
28.12.5. Natureza jurídica	400
28.12.6. Efeitos	400
28.13. Emoção e paixão.....	401
28.13.1. Apontamento histórico.....	401
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal	401
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções.....	401
28.13.4. Efeitos	402
28.13.5. Emoção e paixão patológicas	402
28.13.6. Espécies	402
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal.....	403
28.13.8. A questão do homicídio passional.....	403
28.14. Embriaguez	404
28.14.1. Conceito	404
28.14.2. Denominação	404
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crônico..	404
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez.....	404
28.14.5. Espécies de embriaguez.....	405
28.14.5.1. Quanto à intensidade.....	405
28.14.5.2. Quanto à origem	405
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança	406
28.14.7. Prova da embriaguez	406
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro	407
28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	410
CAPÍTULO 29 - POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE.....	415
29.1. Introdução.....	415
29.2. Evolução	415
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	416
29.4. Exclusão.....	417
29.4.1. Erro de proibição.....	417
29.4.1.1. Introdução.....	417
29.4.1.2. Desconhecimento da lei (<i>ignorantia legis</i>).....	417

29.4.1.3.	Conceito de erro de proibição.....	418
29.4.1.4.	Efeitos: escusável e inescusável.....	418
29.4.1.5.	Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição.....	419
29.4.1.6.	Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental.....	420
29.4.1.7.	Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição.....	421
29.4.1.8.	Diferença entre erro de tipo e erro de proibição..	421
29.4.1.9.	O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato	421
CAPÍTULO 30 – EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA		423
30.1.	Conceito	423
30.2.	Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	423
30.2.1.	Origem histórica.....	423
30.2.2.	Situação atual: admissibilidade e fundamentos.....	424
30.3.	Coação moral irresistível.....	425
30.3.1.	Dispositivo legal e incidência.....	425
30.3.2.	Fundamento.....	425
30.3.3.	Requisitos.....	426
30.3.4.	Efeitos	426
30.3.5.	Temor reverencial.....	427
30.4.	Obediência hierárquica.....	427
30.4.1.	Dispositivo legal.....	427
30.4.2.	Conceito	427
30.4.3.	Fundamentos	428
30.4.4.	Requisitos.....	428
30.4.5.	Efeitos	429
CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS.....		431
31.1.	Tratamento legislativo.....	431
31.2.	Denominação.....	431
31.3.	Conceito	431
31.4.	Requisitos	431
31.4.1.	Pluralidade de agentes culpáveis	431
31.4.2.	Relevância causal das condutas para a produção do resultado	433
31.4.3.	Vínculo subjetivo	433

31.4.4.	Unidade de infração penal para todos os agentes	434
31.4.5.	Existência de fato punível.....	435
31.5.	Autoria.....	436
31.5.1.	Teorias.....	436
31.5.2.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	438
31.6.	Punibilidade no concurso de pessoas.....	439
31.7.	Cooperação dolosamente distinta.....	440
31.8.	Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação.....	441
31.8.1.	Coautoria.....	441
31.8.1.1.	Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria.....	442
31.8.1.2.	O executor de reserva	442
31.8.1.3.	Coautoria sucessiva.....	443
31.8.1.4.	Coautoria em crimes omissivos.....	443
31.8.1.5.	A autoria mediata.....	444
31.8.1.6.	Autoria por determinação	445
31.8.1.7.	Autoria de escritório.....	446
31.8.1.8.	A teoria do domínio da organização	447
31.8.1.9.	Autoria por convicção	447
31.8.2.	Participação.....	448
31.8.2.1.	Espécies	448
31.8.2.2.	Punição do partícipe: teorias da acessoriedade... ..	449
31.8.2.3.	Participação de menor importância.....	451
31.8.2.4.	Participação impunível	452
31.8.2.5.	Participação por omissão	453
31.8.2.6.	Conivência	453
31.8.2.7.	Participação sucessiva.....	453
31.8.2.8.	Participação em cadeia ou participação da participação	453
31.8.2.9.	Participação em ação alheia.....	453
31.9.	Circunstâncias incommunicáveis: o art. 30 do Código Penal.....	454
31.9.1.	Distinção entre elementares e circunstâncias.....	454
31.9.2.	Espécies de elementares e de circunstâncias.....	455
31.9.3.	Condições de caráter pessoal	455
31.9.4.	As regras do art. 30 do Código Penal.....	455
31.9.5.	Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio.....	456
31.10.	O excesso no mandato criminal.....	457

31.11. Questões diversas.....	457
31.11.1. Autoria colateral	457
31.11.2. Autoria incerta	457
31.11.3. Autoria desconhecida.....	458
31.12. Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	459
31.12.1. Denúncia geral <i>versus</i> processo penal <i>kafkiano</i> (“criptoimputação”)	460
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos	461
31.13.1. Coautoria e crimes culposos	461
31.13.2. Participação e crimes culposos.....	462

PARTE III

TEORIA GERAL DA PENA

CAPÍTULO 32 – PENA: ASPECTOS GERAIS.....	465
32.1. Sanção penal.....	465
32.2. Conceito	465
32.3. Princípios.....	466
32.4. Teorias e finalidades.....	468
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva.....	468
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas	469
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção.....	471
32.4.4. Teoria agnóstica.....	472
32.5. Função social da pena	472
32.6. Fundamentos da pena.....	473
32.7. Cominação das penas	474
32.8. Classificação das penas.....	475
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena...	475
32.8.2. Quanto ao critério constitucional.....	475
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal	476
32.9. Abolicionismo penal	476
32.10. Justiça restaurativa.....	478
32.11. Justiça penal negociada	480
32.12. Teoria das janelas quebradas (“ <i>broken windows theory</i> ”).....	480
CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	483
33.1. Conceito	483

33.2. Espécies.....	483
33.3. Regimes penitenciários.....	483
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	483
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados.....	484
33.4.2. Tráfico de drogas privilegiado e Lei dos Crimes Hediondos....	486
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade.....	489
33.6. Jurisdicionalização da execução penal.....	489
33.6.1. Diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros.....	489
33.7. Pena de reclusão.....	489
33.8. Pena de detenção.....	491
33.9. Pena de prisão simples.....	491
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção.....	492
33.11. Pena-base aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso.....	492
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória.....	493
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves.....	493
33.14. Progressão de regime prisional.....	493
33.14.1. Progressão especial para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.....	499
33.14.2. Proibição da progressão “por saltos”.....	500
33.14.3. Progressão e crimes contra a Administração Pública.....	501
33.14.4. Progressão e crimes hediondos ou equiparados.....	502
33.14.5. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo (ou equiparado) e crime comum....	504
33.14.6. Progressão e nova condenação.....	506
33.14.7. Processamento do pedido de progressão.....	506
33.14.8. Progressão e prática de falta grave.....	507
33.14.9. Progressão e <i>habeas corpus</i>	509
33.14.10. Progressão de regime, organização criminosa e manutenção do agrupamento ilícito.....	509
33.14.11. Progressão de regime, colaboração premiada e Lei do Crime Organizado.....	509
33.14.12. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite.....	510
33.14.13. Progressão de regime e prisão em unidade militar.....	510

33.14.14. Progressão de regime e cumprimento da pena em penitenciária federal de segurança máxima.....	510
33.14.15. Progressão de regime, custódia cautelar e termo inicial	511
33.15. Regressão	511
33.15.1. Regressão “por saltos”	514
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória	514
33.15.3. Regressão cautelar	514
33.16. Execução provisória	515
33.16.1. Execução provisória de réu preso	515
33.16.2. Execução provisória de réu solto	516
33.16.2.1. Introdução.....	516
33.16.2.2. A execução provisória da pena no direito comparado.....	518
33.16.2.3. A relatividade da presunção de inocência.....	518
33.16.2.4. Presunção de inocência <i>versus</i> efetividade da Justiça penal	519
33.16.2.5. As vantagens proporcionadas pela execução provisória	521
33.16.2.6. Análise do art. 283 do Código de Processo Penal	522
33.16.3. Execução provisória de pena e desaforamento.....	523
33.16.4. Execução provisória e prisão especial	524
33.16.5. Execução provisória e Tribunal do Júri	524
33.16.5.1. Direito intertemporal.....	526
33.17. Autorizações de saída	527
33.17.1. Permissão de saída	527
33.17.2. Saída temporária.....	527
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica.....	529
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas.....	530
33.18. Regras do regime fechado.....	531
33.18.1. Local de cumprimento da pena.....	533
33.18.2. Estabelecimentos penais de segurança máxima.....	534
33.18.2.1. Juízos colegiados.....	536
33.18.2.2. Líderes de organizações criminosas.....	536
33.18.3. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	537
33.19. Regras do regime semiaberto.....	541
33.19.1. Falta de colônia agrícola ou industrial e cumprimento da pena em estabelecimento adequado.....	541

33.19.2. Regime semiaberto e recurso da defesa.....	542
33.19.3. Pandemia causada pela Covid-19, suspensão temporária do trabalho externo e prisão domiciliar	542
33.20. Regras do regime aberto	544
33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade.....	545
33.20.2. Legislação local	545
33.20.3. Prisão albergue domiciliar	545
33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção	547
33.20.3.2. Gestantes e mães presas preventivamente e substituição por prisão domiciliar: <i>habeas corpus</i> coletivo e arts. 318-A e 318-B do Código de Processo Penal	547
33.20.3.3. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica	549
33.20.3.4. Monitoração eletrônica e Resolução CNPCP 05/2017	549
33.20.4. Regime aberto e crimes militares.....	549
33.21. A Súmula Vinculante 56: aplicabilidade aos regimes semiaberto e aberto.....	550
33.22. Tabela comparativa entre os regimes.....	551
33.23. Regime especial.....	552
33.23.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos	552
33.23.2. Proibição (ou não) de revista íntima.....	553
33.24. Direitos do preso	554
33.24.1. A questão da visita íntima.....	555
33.24.2. Visita social.....	556
33.24.3. Limitação ao uso de algemas	556
33.24.3.1. Uso de algemas pela polícia para apresentação do preso à imprensa	559
33.24.4. A separação dos presos nos estabelecimentos penais	560
33.24.5. Obras emergenciais em presídios: a reserva do possível e a separação dos Poderes do Estado.....	560
33.24.6. Superlotação carcerária e responsabilidade civil do Estado ...	562
33.24.7. Cumprimento da pena em condições degradantes e cômputo da pena em dobro	563
33.25. Trabalho do preso.....	565
33.25.1. A remuneração do trabalho do preso	565
33.25.2. Política Nacional de Trabalho no sistema prisional	566
33.26. Legislação especial.....	566
33.27. Remição	566

33.27.1. Remição pelo trabalho.....	567
33.27.2. Remição pelo estudo.....	569
33.27.3. Regras comuns à remição.....	573
33.27.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo.....	574
33.27.5. Falta grave e perda dos dias remidos.....	575
33.27.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal.....	578
33.28. Detração penal.....	579
33.28.1. Detração penal e medidas cautelares.....	580
33.28.2. Competência para aplicação da detração penal e reflexos no regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	581
33.28.3. Detração penal e penas restritivas de direitos.....	582
33.28.4. Detração penal e pena de multa.....	582
33.28.5. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade (<i>sursis</i>).....	582
33.28.6. Detração penal e prescrição.....	582
33.28.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo.....	583
CAPÍTULO 34 – APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	585
34.1. Conceito.....	585
34.2. Pressuposto.....	585
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena.....	586
34.4. Elementares e circunstâncias.....	587
34.4.1. Classificação das circunstâncias.....	587
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena.....	587
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras.....	588
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena.....	588
34.8. O critério trifásico.....	589
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena-base.....	591
34.9.1. Culpabilidade.....	593
34.9.2. Antecedentes.....	595
34.9.3. Conduta social.....	597
34.9.4. Personalidade do agente.....	598
34.9.5. Motivos do crime.....	599
34.9.6. Circunstâncias do crime.....	600
34.9.7. Consequências do crime.....	601
34.9.8. Comportamento da vítima.....	602

34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: atenuantes e agravantes.....	602
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP)	604
34.10.1.1. Introdução.....	604
34.10.1.2. Conceito.....	606
34.10.1.3. Requisitos.....	606
34.10.1.4. Natureza jurídica	609
34.10.1.5. Prova da reincidência	609
34.10.1.6. Espécies	610
34.10.1.7. Validade da condenação anterior para fins de reincidência.....	611
34.10.1.8. Extinção da punibilidade do crime anterior.....	611
34.10.1.9. Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário	612
34.10.1.10. Efeitos da reincidência	612
34.10.1.11. Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência.....	613
34.10.1.12. Reincidência e maus antecedentes	614
34.10.1.13. Reconhecimento equivocado da reincidência, prejuízo ao réu e indenização pelo erro judiciário	615
34.10.1.14. Falta de reconhecimento da reincidência pelo juízo da condenação e proclamação pelo juízo da execução para fins de benefícios	616
34.10.2. Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP).....	617
34.10.2.1. Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”).....	617
34.10.2.2. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”).....	618
34.10.2.3. À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”).....	618
34.10.2.4. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”).....	618
34.10.2.5. Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”).....	619
34.10.2.6. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”)	619

34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”).....	620
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”)	621
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”).....	622
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”).....	622
34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea “l”).....	622
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP).....	622
34.10.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I)..	623
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II).....	624
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III)	624
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV) ..	624
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP).....	625
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I).....	625
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II).....	626
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III).....	626
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP).....	631
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	632
34.10.5.1.	Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	632
34.10.5.2.	Concurso entre promessa de recompensa e confissão espontânea.....	633
34.10.5.3.	Concurso entre dissimulação e confissão espontânea.....	634
34.10.5.4.	Concurso entre confissão espontânea e qualificadora deslocada para a segunda fase da dosimetria da pena.....	634

34.11. A terceira fase da dosimetria da pena: causas de diminuição (minorantes) e de aumento (majorantes)	635
---	-----

CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS..... 639

35.1. Conceito	639
35.2. Espécies.....	640
35.3. Natureza jurídica.....	640
35.4. Duração das penas restritivas de direitos	641
35.5. Requisitos	642
35.5.1. Requisitos objetivos.....	642
35.5.2. Requisitos subjetivos	645
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos	646
35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas.....	646
35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	647
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares.....	649
35.9. Momento da substituição.....	649
35.10. Regras da substituição	650
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	650
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva	651
35.11.2. Impossibilidade de reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade a pedido do réu.....	652
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	653
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos.....	654
35.13.1. Penas restritivas de direitos e execução provisória.....	654
35.14. Política Nacional de Alternativas Penais.....	655
35.15. Penas restritivas de direitos em espécie	655
35.15.1. Classificação.....	655
35.15.2. Prestação pecuniária	655
35.15.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções ...	658
35.15.3. Perda de bens e valores	659
35.15.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções	660
35.15.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	660

35.15.4.1.	Execução da prestação de serviços à comunidade	661
35.15.4.2.	Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados	661
35.15.4.3.	Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais	662
35.15.4.4.	Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade	662
35.15.4.5.	Prestação de serviços à comunidade e crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.....	662
35.15.5.	Interdição temporária de direitos.....	663
35.15.5.1.	Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.	663
35.15.5.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	664
35.15.5.3.	Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	664
35.15.5.4.	Proibição de frequentar determinados lugares ..	665
35.15.5.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	666
35.15.6.	Limitação de fim de semana	666

CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA **669**

36.1.	Conceito	669
36.2.	Fundo Penitenciário	669
36.3.	Critério adotado para a pena de multa.....	669
36.3.1.	Crimes em licitações e contratos administrativos	670
36.4.	Aplicação da pena de multa.....	671
36.5.	Valor ineficaz da pena de multa.....	672
36.6.	Multa excessiva.....	672
36.7.	Multa irrisória	672
36.8.	Pagamento voluntário da multa.....	673
36.9.	Execução da pena de multa.....	673
36.9.1.	Cumprimento da pena privativa de liberdade, inadimplemento da pena de multa e reflexos jurídicos	675
36.10.	Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa.....	677
36.11.	Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	677
36.12.	Multa e correção monetária	677
36.13.	Suspensão da execução da multa	678

36.14. Multa substitutiva	678
36.15. Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça	678
36.16. Pena de multa na Lei de Drogas.....	678
36.17. Pena de multa e violência doméstica e familiar contra a mulher	680
CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES	681
37.1. Conceito	681
37.2. Espécies.....	681
37.3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes.....	681
37.3.1. Sistema do cúmulo material.....	681
37.3.2. Sistema da exasperação	681
37.3.3. Sistema da absorção.....	681
37.4. Concurso material	682
37.4.1. Conceito e dispositivo legal.....	682
37.4.2. Espécies	683
37.4.3. Momento adequado para a soma das penas.....	683
37.4.4. Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção	683
37.4.5. Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos	683
37.4.6. Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos	684
37.4.7. Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995).....	684
37.5. Concurso formal.....	684
37.5.1. Conceito e dispositivo legal.....	684
37.5.2. Espécies	685
37.5.2.1. Homogêneo e heterogêneo	685
37.5.2.2. Perfeito e imperfeito	685
37.5.3. Teorias sobre o concurso formal.....	685
37.5.4. Aplicação da pena no concurso formal	686
37.5.5. Concurso material benéfico.....	687
37.6. Crime continuado.....	687
37.6.1. Conceito e dispositivo legal.....	687
37.6.2. Origem histórica.....	688
37.6.3. Natureza jurídica	688
37.6.4. Requisitos do crime continuado.....	689
37.6.4.1. Pluralidade de condutas.....	689
37.6.4.2. Pluralidade de crimes da mesma espécie	689

37.6.4.3.	Conexão temporal.....	690
37.6.4.4.	Conexão espacial.....	690
37.6.4.5.	Conexão modal.....	690
37.6.4.6.	Conexão ocasional.....	691
37.6.4.7.	Crime continuado e unidade de desígnio.....	691
37.6.5.	Espécies de crime continuado e dosimetria da pena.....	692
37.6.6.	Concurso material benéfico.....	694
37.6.7.	Crime continuado e conflito de leis no tempo.....	694
37.6.8.	Crime continuado e prescrição.....	694
37.6.9.	Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	695
37.6.10.	Crime continuado e crime habitual: diferenças.....	695
37.7.	Multa no concurso de crimes.....	695
37.8.	Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes.....	696
37.8.1.	Concurso de crimes moderado ou limitado.....	696
37.8.2.	Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos.....	696
37.8.3.	Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais.....	697
37.8.4.	Concurso entre crimes e contravenções penais.....	697
CAPÍTULO 38 – LIMITE DAS PENAS.....		699
38.1.	Introdução.....	699
38.2.	Fundamentos.....	699
38.3.	Unificação de penas.....	700
38.4.	Competência para unificação das penas.....	701
38.5.	Nova condenação e unificação das penas.....	701
38.6.	Fuga do réu e cumprimento da pena unificada.....	701
CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....		703
39.1.	Origem histórica.....	703
39.2.	Sistemas.....	703
39.3.	Conceito.....	704
39.4.	Natureza jurídica.....	704
39.4.1.	Política Nacional de Alternativas Penais.....	704
39.5.	Requisitos.....	705
39.5.1.	Requisitos objetivos.....	705
39.5.2.	Requisitos subjetivos.....	706
39.6.	Momento adequado para concessão do <i>sursis</i>	707

39.7. Espécies de <i>sursis</i>	707
39.8. Condições.....	708
39.9. <i>Sursis</i> incondicionado	708
39.10. Período de prova	709
39.11. Fiscalização das condições impostas durante o período de prova.....	709
39.12. Revogação.....	710
39.12.1. Revogação obrigatória.....	710
39.12.2. Revogação facultativa.....	711
39.12.3. Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	712
39.13. Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado.....	712
39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecurável por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova.....	713
39.15. Cassação do <i>sursis</i>	713
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos	714
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos.....	714
39.18. Prorrogação do período de prova	714
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício	715
39.20. Extinção da pena	715
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados.....	716
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiro	716
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	717
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	717
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal	717
39.26. <i>Sursis</i> e indulto.....	717
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário.....	718
CAPÍTULO 40 - LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	719
40.1. Evolução histórica.....	719
40.2. Conceito	719
40.3. Natureza jurídica.....	720
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i>	720
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional.....	721
40.6. Egresso	722
40.7. Requisitos	722
40.7.1. Requisitos objetivos.....	722
40.7.2. Requisitos subjetivos	725

40.8. Rito do livramento condicional	727
40.9. Condições.....	729
40.10. Revogação do livramento condicional.....	730
40.10.1. Revogação obrigatória.....	730
40.10.1.1. Inciso I	731
40.10.1.2. Inciso II.....	732
40.10.2. Revogação facultativa.....	733
40.11. Suspensão do livramento condicional	734
40.12. Prorrogação do período de prova	735
40.13. Extinção da pena	736
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional.....	736
40.14.1. Livramento condicional insubsistente.....	736
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	737
40.14.3. Livramento condicional humanitário	737
40.14.4. Livramento condicional cautelar.....	737
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiro	737
40.14.6. Livramento condicional e Lei do Crime Organizado.....	738
40.14.7. Livramento condicional e limite de cumprimento da pena....	738
CAPÍTULO 41 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	741
41.1. Introdução.....	741
41.2. Pressuposto	741
41.3. Divisão dos efeitos da condenação	742
41.3.1. Efeitos principais	742
41.3.2. Efeitos secundários.....	742
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal	742
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal pre- vistos no Código Penal	743
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do Código Penal.....	754
41.4.1. Abuso de autoridade	754
41.4.2. Suspensão dos direitos políticos	754
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho.....	755
41.4.4. Lei de Falências.....	755
41.4.5. Lei de Tortura	755
41.4.6. Lei de Drogas.....	756
41.4.7. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor	756
41.4.8. Lavagem de capitais	756
41.4.9. Crime organizado	757

41.4.10. Cadastro Nacional das Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.....	757
41.5. Quadro esquemático	758
CAPÍTULO 42 – REABILITAÇÃO.....	759
42.1. Conceito	759
42.2. Origem histórica	759
42.3. Natureza jurídica.....	759
42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal.....	760
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final	760
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único	760
42.4.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	760
42.4.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	761
42.4.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	761
42.5. Reabilitação e reincidência.....	761
42.6. Pressuposto e requisitos da reabilitação	762
42.6.1. Pressuposto	762
42.6.2. Requisitos	762
42.6.2.1. Requisitos objetivos.....	762
42.6.2.2. Requisitos subjetivos.....	764
42.7. Pedido de reabilitação.....	764
42.8. Revogação da reabilitação	765
42.9. Reabilitação e <i>habeas corpus</i>	765
CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	767
43.1. Conceito	767
43.2. Distinções entre pena e medida de segurança.....	767
43.3. Princípios das medidas de segurança	768
43.3.1. Legalidade	768
43.3.2. Anterioridade	768
43.3.3. Jurisdicionalidade	768
43.4. Requisitos para aplicação	768
43.5. Conceito de periculosidade	769
43.6. Espécies de periculosidade.....	770
43.7. Aplicação da medida de segurança.....	770

43.8. Espécies de medidas de segurança.....	771
43.9. Prazo mínimo da medida de segurança.....	773
43.10. Prazo máximo da medida de segurança.....	773
43.11. Execução das medidas de segurança.....	774
43.12. Medida de segurança provisória ou preventiva.....	776
43.13. Conversão do tratamento ambulatorial para internação.....	776
43.14. Desinternação progressiva.....	777
43.15. Conversão da pena em medida de segurança.....	777
43.16. Direitos do internado.....	778
43.17. Medidas de segurança na Lei de Drogas.....	779
43.18. Adolescente infrator e medidas de segurança.....	779
CAPÍTULO 44 – AÇÃO PENAL.....	781
44.1. Introdução.....	781
44.2. Conceito.....	781
44.3. Características.....	781
44.4. Classificação da ação penal.....	782
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada.....	782
44.4.2. Divisão subjetiva.....	782
44.5. Condições da ação penal.....	782
44.5.1. Condições genéricas.....	782
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	783
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir.....	783
44.5.1.3. Interesse processual.....	784
44.5.1.4. Justa causa.....	784
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade.....	785
44.6. Ação penal pública.....	786
44.6.1. Princípios.....	787
44.6.2. Ação penal pública incondicionada.....	788
44.6.3. Ação penal pública condicionada.....	789
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica.....	789
44.6.3.2. Representação do ofendido.....	789
44.7. Ação penal privada.....	794
44.7.1. Prazo.....	794
44.7.2. Princípios.....	794
44.7.3. Espécies.....	796

44.7.3.1.	Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita	796
44.7.3.2.	Ação penal privada personalíssima.....	796
44.7.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	797
44.7.3.4.	Ação penal privada concorrente.....	797
44.8.	Ação penal nos crimes complexos	798
44.9.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	798
44.10.	Ação penal e crime de lesão corporal praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher	799

CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE..... 803

45.1.	Introdução.....	803
45.2.	O art. 107 do Código Penal	803
45.3.	Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação	804
45.4.	Efeitos.....	805
45.5.	Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos ..	806
45.6.	Análise do art. 107 do Código Penal	806
45.6.1.	Morte do agente (inciso I).....	806
45.6.1.1.	Extinção da pessoa jurídica, crimes ambientais e princípio da personalidade da pena	808
45.6.2.	Anistia, graça e indulto (inciso II).....	808
45.6.2.1.	Anistia	808
45.6.2.2.	Graça.....	809
45.6.2.3.	Indulto	810
45.6.3.	<i>Abolitio criminis</i> (inciso III)	814
45.6.4.	Prescrição, decadência e perempção (inciso IV).....	815
45.6.4.1.	Prescrição.....	815
45.6.4.2.	Decadência.....	815
45.6.4.3.	Perempção.....	816
45.6.5.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V)	818
45.6.5.1.	Renúncia ao direito de queixa	818
45.6.5.2.	Perdão aceito	819
45.6.6.	Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI)	820
45.6.7.	Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005.....	821
45.6.8.	Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005	821
45.6.9.	Perdão judicial (inciso IX).....	821

45.6.9.1.	Introdução.....	821
45.6.9.2.	Natureza jurídica	822
45.6.9.3.	Aplicabilidade.....	822
45.6.9.4.	Incomunicabilidade.....	823
45.6.9.5.	Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial	824
45.6.9.6.	Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias.....	825
45.6.9.7.	Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	825
CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO		827
46.1.	Introdução.....	827
46.2.	Origem histórica	828
46.3.	Conceito	828
46.4.	Fundamentos	828
46.5.	Natureza jurídica.....	829
46.6.	Alocação	829
46.7.	Imprescritibilidade penal.....	830
46.7.1.	Injúria racial <i>versus</i> racismo: o entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	832
46.8.	Diferenças entre prescrição e decadência	833
46.9.	Espécies de prescrição	833
46.9.1.	Introdução.....	833
46.9.2.	Efeitos da prescrição e competência para sua declaração	834
46.10.	Prescrição da pena privativa de liberdade.....	835
46.10.1.	Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal.....	835
46.10.1.1.	Dispositivo legal.....	835
46.10.1.2.	Fundamento.....	836
46.10.1.3.	Cálculo.....	836
46.10.1.4.	Termo inicial	841
46.10.1.5.	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências	845
46.10.1.6.	Causas interruptivas.....	845
46.10.1.7.	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	849
46.10.1.8.	Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares	850

46.10.1.9.	Causas impeditivas.....	850
46.10.1.10.	Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal.....	852
46.10.1.11.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal	852
46.10.1.12.	Recurso extraordinário com repercussão geral, suspensão dos processos pendentes em todo o território nacional e suspensão da prescrição ..	853
46.10.2.	Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente.....	856
46.10.2.1.	Conceito.....	856
46.10.2.2.	Cálculo.....	856
46.10.2.3.	Termo inicial	856
46.10.2.4.	Motivos para sua ocorrência.....	857
46.10.2.5.	Momento adequado para o seu reconhecimento	857
46.10.2.6.	Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação	857
46.10.3.	Prescrição retroativa.....	858
46.10.3.1.	Origem.....	858
46.10.3.2.	Cálculo.....	858
46.10.3.3.	Termo inicial	859
46.10.3.4.	Momento adequado para o seu reconhecimento.....	861
46.10.4.	Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação	861
46.10.4.1.	Conceito	861
46.10.4.2.	Forma de contagem	861
46.10.4.3.	Termo inicial	862
46.10.4.4.	Causas interruptivas.....	864
46.10.4.5.	Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	865
46.10.4.6.	Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória.....	865
46.10.4.7.	Prescrição da pretensão executória e indulto	866
46.10.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva.....	866
46.11.	Prescrição das penas restritivas de direitos	868
46.12.	Prescrição e detração penal.....	869
46.13.	Prescrição das medidas de segurança.....	870

46.14. Prescrição e absorção de penas.....	870
46.15. Prescrição no concurso de crimes.....	871
46.16. Prescrição da pena de multa.....	872
46.17. Prescrição na legislação penal especial.....	873
46.17.1. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006	873
46.17.2. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969.....	874
46.17.3. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente.....	874
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar.....	875
BIBLIOGRAFIA	877